

A evolução dos gastos do governo federal*

Os gastos correntes são as despesas do governo destinadas ao seu próprio custeio e a programas de bem-estar social.

Alguns exemplos de despesas correntes:

- * Salários e encargos sociais do funcionalismo público.

- * Gastos com as contas de água, energia, telefone etc. das instalações do governo federal (os prédios dos ministérios, das agências reguladoras, das secretarias, do Congresso e de todas as repartições federais).

- * Gastos com a aquisição de bens de consumo pelo governo. Exemplos: automóveis para autoridades políticas; armas e veículos para a Polícia Federal; o cafezinho do Congresso; canetas, computadores, papeis, clipes, grampeadores, telefones para as repartições públicas; combustível para a locomoção das excelências (inclusive policiais federais).

- * Gastos com a contratação de serviços terceirizados. Exemplos: faxinas nos prédios da União; consertos de veículos, de computadores, de aparelhos de ar condicionado etc.; manutenção de prédios, instalações e equipamentos do governo.

- * Gastos com os juros e encargos da dívida (não devem ser confundidos com amortização e nem com refinanciamento)

- * Gastos com a Previdência Social.

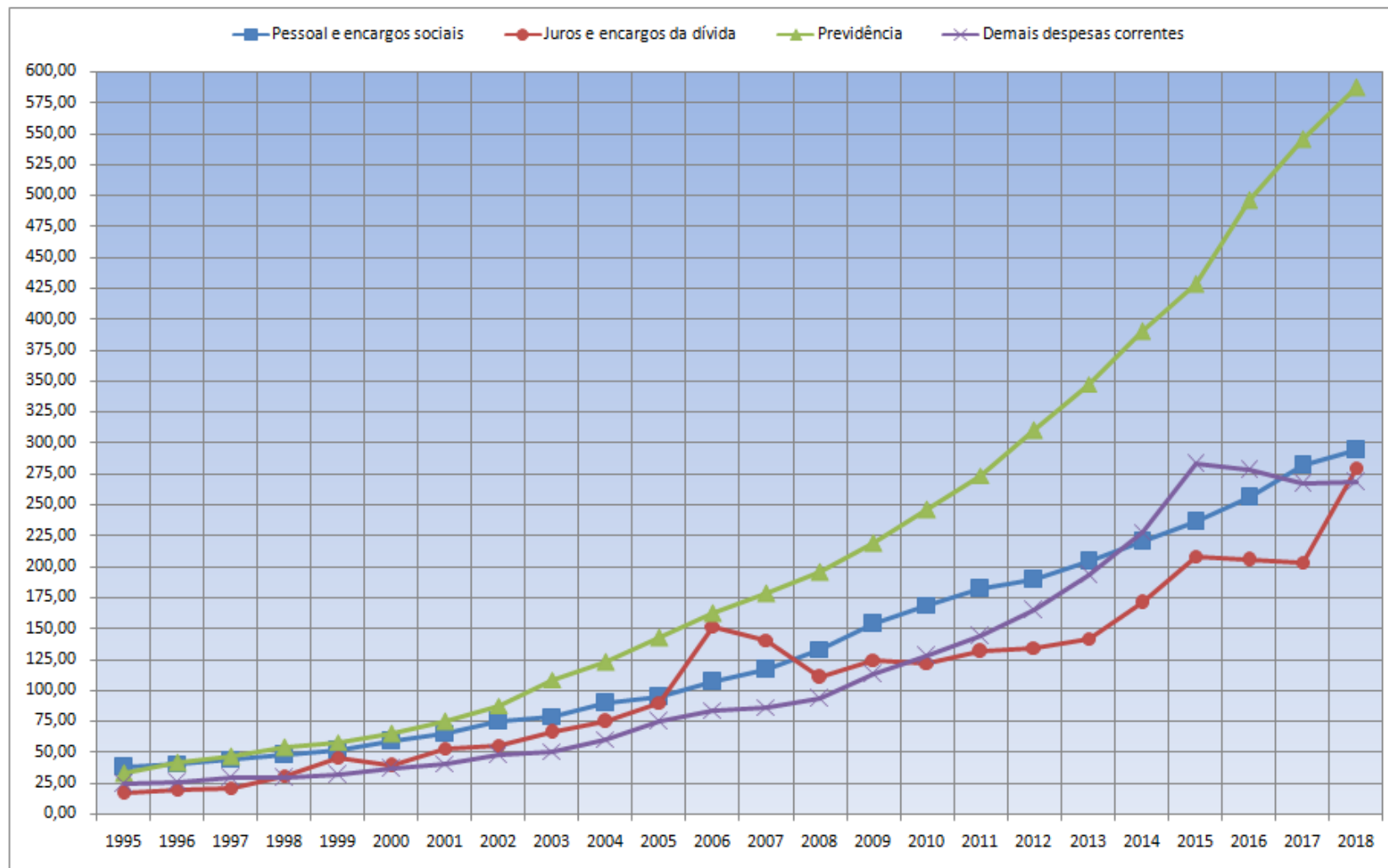
A evolução descontrolada

O site do Tesouro, utilizando dados do SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal), disponibiliza todas as despesas correntes do governo federal desde 1980.

Os dados foram coletados a partir de 1995, que foi o primeiro ano completo do real, e vão até o final de 2018.

As rubricas analisadas no gráfico a seguir são:

- * Pessoal e encargos sociais (linha azul);
- * Juros e encargos da dívida (linha vermelha);
- * Demais despesas correntes (linha roxa);
- * Previdência Social (linha verde).



Evolução das despesas correntes do governo federal. A coluna da esquerda mostra o valor dos gastos em bilhões de reais.

* O item "**Demais despesas correntes**", que abrange todos aqueles gastos citados acima (**aquisição de bens e serviço pelo governo**), começou — pela primeira vez na história do real — a apresentar **uma tendência de estabilização** (tendo havido até mesmo uma pequena queda). Após chegar ao ápice em 2015, se estabilizou em 2016 e recuou em 2017. É provável que seja um efeito da lei do teto de gastos.

* As **despesas com juros**, que haviam se estabilizado em 2016 e 2017, voltaram a subir em 2018. Trata-se de uma inevitabilidade quando se tem um **estoque crescente de dívida**, a qual cresce por causa dos seguidos déficits orçamentários do governo federal. Quanto maior o estoque da dívida, maiores serão as despesas com os juros desta dívida.

* Não há qualquer tendência de estabilização nos **gastos com funcionalismo público**, ao contrário, aparenta ter havido uma aceleração em 2016 e 2018, o que sugere que está havendo ou mais contratação de funcionários públicos, ou mais aumentos salariais, ou uma combinação de ambos.

* Em 1995, primeiro ano de FHC, os gastos com funcionários públicos terminaram o ano em R\$ 38 bilhões. Em 2002, seu último ano, foram de R\$ 75 bilhões. Aumento de 97% em sete anos (partindo do final de 1995, e não do final de 1994). Isso dá uma média de 10,2% de aumento ao ano.

* Lula entra em 2003 e sai em 2010 com esta rubrica já em R\$ 169 bilhões. Aumento de 125% em oito anos. Uma média de 10,7% de aumento ao ano.

* Dilma entra em 2011 e sai em 2015 (ela saiu em abril de 2016, mas para efeitos práticos consideramos final de 2015) com esta rubrica em R\$ 236 bilhões. Aumento de 40% em cinco anos. Uma média de 7% de aumento ao ano.

* Temer entra em 2016. Ao final de 2018, esta rubrica estava em R\$ 294 bilhões. Aumento de 24,5%. Uma média de 7,6% de aumento ao ano.

* **Do final 1995 a 2018, os gastos com o funcionalismo cresceram a uma média de 9,3% ao ano, muito acima da inflação de preços, que, de 1996 a 2018, apresentou uma média de 6,32% ao ano.**

* Não há sinal de controle nos **gastos previdenciários**. Seu crescimento adquiriu formato exponencial.

* Em 1995, os gastos previdenciários foram de R\$ 32,5 bilhões. Em 2018, foram de R\$ 587,70 bilhões. Aumento de 1.580% em 23 anos. Uma média **13,4% de aumento ao ano** — contra uma inflação de preços média de 6,32% ao ano.

* **Os gastos com a previdência, portanto, cresceram, anualmente, mais que o dobro da inflação de preços.**

* Os gastos com previdência são **maiores** do que a soma dos gastos com salários e encargos de funcionários públicos (linha azul) mais todas as demais despesas correntes (linha roxa). E sua taxa de crescimento anual é muito superior à de todas as demais rubricas.

* Caso os gastos previdenciários mantenham esta exponencial tendência de crescimento — e manterão caso não haja nenhuma reforma, pois seu principal problema é demográfico, e a população está envelhecendo —, a lei do teto de gastos só poderá ser cumprida se houver um forte corte nas demais despesas do governo. Mas nenhum governante terá a coragem de mexer com os interesses da poderosa casta do funcionalismo público. Ou seja, o teto será furado e, muito provavelmente, a lei será revogada, o que poderá gerar grandes turbulências no mercado de títulos públicos, de juros futuros e de câmbio.

* Não haverá carga tributária que possa bancar esse crescimento dos gastos previdenciários.

A despesa previdenciária é, de fato, o grande nó górdio da atual situação das finanças públicas. Uma despesa que é, de longe, a maior entre as despesas correntes, e que cresce a uma taxa de quase 14% ao ano (a maior taxa entre as despesas correntes) não é sustentável. Funcionalismo público vem em segundo lugar — muito embora boa parte dos gastos previdenciários seja com funcionários públicos aposentados e com pensões para seus familiares.

* *Fonte: Estudo de Thiago Fonseca (21.02.2019)*